



Fêmea

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

ANO VI - NÚMERO 70

BRASÍLIA - DF

NOVEMBRO/98

Mulheres Falam de Política



mujer fempress nº 192

Deputadas eleitas, reeleitas, mulheres que se candidataram e perderam, candidatas de primeira viagem. Todas enfrentaram este ano a primeira eleição que favoreceu uma maior participação das mulheres na disputa eleitoral através da política de cotas. A maioria enfrentou dificuldades. Nesta edição do Fêmea, elas fazem um balanço de sua participação na Campanha. A deputada federal Marta Suplicy (PT-SP), candidata ao governo de São Paulo, teve uma votação surpreendente. Aproximadamente 4 milhões de votos, numa disputa que quase a levou para o 2º turno. A deputada estadual de Alagoas, Heloísa Helena Carvalho (PT-AL), elegeu-se para o Senado. Ela conta como foi ganhar a eleição num Estado tradicionalmente oligárquico e machista na política. A nossa colega do CFEMEA, a advogada Iáris Cortêz, participou de uma campanha política como candidata, pela primeira vez, em Brasília. Uma experiência difícil e ao mesmo tempo gratificante, e finalmente a deputada federal Jandira Feghali (PC do B/RJ), já no terceiro mandato na Câmara Federal, faz uma análise da participação das mulheres nessas eleições. (págs. 5-9).

Encontro da AMB

Num encarte ao Fêmea de agosto, informamos sobre a reunião da Articulação de Mulheres Brasileiras, em Natal, que agora tem **nova data: dias 20, 21 e 22 de novembro**, mas segue com a mesma pauta e no mesmo lugar, em Natal, no Rio Grande do Norte. O adiamento deveu-se a espera de uma oportunidade que viabilizasse a participação de todos os Fóruns Estaduais, o que aconteceu graças ao apoio da Fundação Ford. Cerca de 20 fóruns já confirmaram a participação. Contamos com o seu estado. A reunião está sendo organizada pela REDEH. Informações pelo fax: (021)262-6454.

Aborto: vitória e burocracia



mujer fempress nº 184/185

Após 5 anos de luta, o Movimento de Mulheres conseguiu aprovar o serviço de aborto legal na Paraíba. O Secretário de Saúde, José Maria de França, assinou portaria que regulamenta o Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual, que funcionará no Complexo Cruz das Armas, Maternidade Frei Damião, em João Pessoa. Agora são 7 os Estados que já regulamentaram o serviço nos hospitais da rede pública de saúde. A implantação foi sempre acompanhada de muita polêmica e morosidade, já que o assunto gera várias controvérsias na sociedade. O Dr. Aníbal Faúndes, professor titular de Obstetrícia da UNICAMP (Universidade de Campinas), por outro lado, faz um alerta sobre a ausência de normas claras para a prática do aborto previsto em lei que acaba inibindo os médicos. Este fato tem se constituído num grande problema para a maioria das mulheres vítimas de estupro. (págs 2 e 3).

4 Mercado de Trabalho

8 Mulher e Constituinte

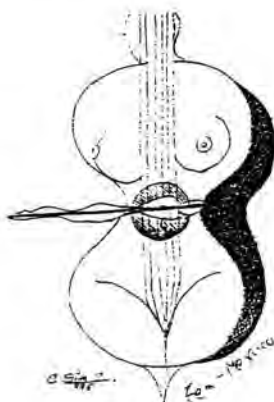
12 Aids e Preconceito

Editorial

Mais uma vez continuamos a falar sobre a mulher nas eleições 98. Não podia deixar de ser. Nessa disputa onde nos deparamos com a definição de cotas para as candidaturas de mulheres na lei eleitoral, o assunto é polêmico. Algumas candidatas tiveram mais facilidade para se eleger já que contavam com a ajuda política de suas famílias. Outras, principalmente as que se candidataram pela primeira vez, tiveram que suar a camisa. Falta de apoio partidário e financeiro são alguns dos problemas enfrentados. E finalmente o resultado que tivemos foi uma bancada feminina reduzida no Congresso Nacional. Nessa edição as candidatas explicam o que vivenciaram durante a campanha eleitoral. Estamos também chegando ao final do ano com outro assunto polêmico. O aborto. O PL20/91 (o aborto legal) continua parado no Congresso Nacional. O Dr. Aníbal Faúndes, professor de Obstetrícia da Unicamp, destaca a importância de se ter o mais rápido possível uma legislação mais clara sobre o assunto. Enquanto o Legislativo não se manifesta, os Estados agilizam a implantação do serviço de atendimento ao aborto legal nos Hospitais da rede pública. E parabéns para o Movimento de Mulheres da Paraíba que conseguiu implantar o serviço recentemente. Falando ainda de saúde estamos apoiando a reivindicação do Grupo GAPA/DF contra a utilização da palavra "aidético" nos meios de comunicação. Axé.

O Aborto na Paraíba

mulher imprensa n° 172/73



Estelizabel Souza - Cunhã

"No princípio era ação". Vamos aqui fazer uso de Goethe para lembrar que, finalmente, foi implantado o serviço de Aborto Legal na Paraíba de Anaide Beiriz e Violeta Formiga. No dia seis de outubro de 1998 o secretário da Saúde do Estado, José Maria de França, assinou a portaria que regulamenta o Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual, que funcionará no Complexo Cruz das Armas, Maternidade Frei Damião, em João pessoa.

A solenidade contou com a presença de ONG's feministas, grupos organizados de mulheres, da comissão interdisciplinar e interinstitucional que trabalhou a normatização do programa e de profissionais de saúde. Contou também com uma cobertura massiva da mídia local, repercutindo positivamente na opinião pública.

A implantação do Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência na Paraíba é resultado de um longo processo de luta que se inicia com a atenção das feministas paraibanas, no ano de 93, com a promoção de Seminários sobre Direitos Repro-

ditivos, debates e diversas atividades realizadas com o objetivo de colocar o tema em discussão. Depois de cinco anos de reivindicações, pressões, denúncias e realizações, pesquisa, publicações e da ação articulada com a REDE DE SAÚDE em todo o país, os gestores de saúde responderam positivamente às mulheres da Paraíba.

Há um ano, por ocasião do Seminário Aborto - Diálogo e Justiça Social, promovido pelo Cunhã Coletivo Feminista, a Secretaria de Saúde do Estado assumiu o compromisso de implantar o Aborto Legal na Paraíba. Desde então foram iniciados os trabalhos de sensibilização com os profissionais de saúde, juntamente com a sensibilização da comunidade local.

Muita polêmica cercou todo o processo de implantação que enfrentou o boicote por parte do Conselho Regional de Medicina, a resistência da Secretaria Municipal de Saúde e o lobby do bispo e de carolas locais. Apesar da pressão, o compromisso foi mantido. "Sei da dimensão desse programa para as mulheres e sendo um homem religioso, acredito pecar menos pela ação que pecar mais pela omissão" afirmou Dr. José Maria de França, secretário de Saúde do Estado, assegurando a implantação do referido programa. Para Gilberta Soares, integrante do Cunhã e assessora permanente da Coordenação do Materno Infantil responsável pela implantação do Programa na Paraíba, "o trabalho apenas começou, pois agora com o serviço funcionando ainda se faz necessário sensibilizar os profissionais das Delegacias e IML, fazendo funcionar um serviço com referência e contra-referência".



**CFEMEA
CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS
E ACESSORIA**

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602,
Ed. Venâncio 3000, 70718-900, Brasília-DF - Brasil
Telefone: (061) 328-1664 - Fax: (061) 328-2336
E-Mail: cfemea@tba.com.br

Home Page: <http://www.tba.com.br/pages/cfemea>

Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe Responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira,

Iáris Ramalho Cortês, Malô Simões Lopes e Sônia Malheiros Miguel.

Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputadas Fátima

Pelaes, Jandira Feghali, Laura Carneiro, Maria Elvira, Marilu

Guimarães, Marta Suplicy, Rita Camata, Zulaiê Cobra.

Deputados Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, Fernando Lira,

José Genoíno, Miguel Rosseto, Miro Teixeira, Régis de

Oliveira. Senadoras Benedita da Silva, Emilia Fernandes.

Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara, Roberto Freire.

Feministas: Albertina Costa, Ana Alice Alcântara Costa,

Ana Maria Rattes, Elizabete Oliveira Barreiros, Florisa Verucci,

Heleith Saffioti, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa,

Marah Régia, Margaret Arilha, Maria Amélia Teles, Maria

Aparecida Shumajer, Maria Berenice G. Delgado, Maria

Helena Silva, Nair Goulart, Sônia Correia, Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas: Álvaro Villeça, Denise Dourado

Dora, Elizabeth Garcez, Leila Linhares, Maria Bethânia Melo

Ávila, Paola Cappellin Giuliano, Sílvia Pimentel, Vera Soares

Equipe CFEMEA: Adriano Fernandez Cavalcante, Almira

Correia de Caldas Rodrigues, Cláudia Almeida Teixeira,

Cosmo Ribeiro de Sousa, Edna Maria Cristina Santos, Gilda

Barbosa Cabral de Araújo, Glaci do Carmo Bren de Andrade,

Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Malô Simões

Lopes, Mirla de Oliveira Maciel, Sônia Malheiros Miguel.

Assessoras Parlamentares: Alice Libardoni, Dyana Yzabel

Azevedo Dias.

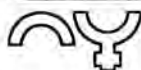
Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos

Composição e Arte Final: Cosmo Ribeiro de Sousa.

Impressão: Athalia Gráfica e Editora Ltda - Brasília-DF

Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur, NOVIB,

UNIFEM e FNUAP.



Uma Legislação Menos Burocrática para o Aborto

Aníbal Faúndes

A prática do aborto tem acompanhado a humanidade ao longo de sua história e acontece em todos os países do mundo, independentemente de sua cultura, raça ou religião. Nos dias atuais, em torno de dois terços da população do mundo vive em países em que o aborto é permitido pela lei.

O Brasil está entre os países em que as leis sobre aborto são mais restritivas. A intenção dos legisladores foi, sem dúvida, e de tentar, através da restrição legal, reduzir a incidência de aborto, que além de significar a perda da vida potencial do embrião ou feto, leva também ao sofrimento emocional e físico da mãe. Ao mesmo tempo, o legislador estabeleceu duas exceções em que o aborto não é punido: quando a gravidez é resultado de violência sexual ou quando há grave risco de vida da mãe.

A boa intenção dos legisladores tem plena justificativa, já que ninguém pode gostar do aborto em si. A própria mulher que aborta é a que mais sofre durante todo o processo e sempre significa a perda de uma vida em potencial. Essa boa intenção, entretanto, esteve longe de cumprir com seus objetivos, pelo simples fato que o aborto é um fenômeno social e os problemas sociais não podem resolver-se através da proibição, seja legal, seja religiosa. O outro importante equívoco é o de punir a mulher que aborta, o que supõe que o aborto é uma decisão que a mulher toma por simples vontade de causar dano. A realidade evidenciada por amplo leque de pesquisas no Brasil e no mundo, mostra com nitidez incontestável que a interrupção da gravidez é uma decisão extremamente difícil, a que a mulher chega sob pressão intolerável da própria sociedade.

Esta distância entre a intenção do legislador e

a realidade do fenômeno do aborto não seria tão importante se a existência da lei não tivesse as graves conseqüências que têm. Por um lado tranquiliza a consciência das autoridades na crença errada que estão fazendo algo para reduzir o aborto e, portanto, não tomam as medidas que realmente poderiam diminuir o problema: educação sexual e de cidadania dirigida a eliminar as diferenças de poder entre gêneros e a estimular o respeito entre homem e mulher desde a infância, informação e acesso a todos os métodos anticoncepcionais, e proteção social à mulher grávida e à mãe e seu filho.

A pior conseqüência, entretanto, é que a criminalização do aborto tem como principal conseqüência a de aumentar o sofrimento e a mortalidade das mulheres nos grupos menos privilegiados da sociedade, como fica em evidência em todos os estudos a esse respeito.

A intenção do legislador também falhou quanto às condições em que o aborto não é punido. Enquanto a violência contra a mulher (incluindo a violência sexual) continua aumentando no Brasil e no mundo, e as gravidezes como conseqüência de "constrangimento da mulher mediante violência ou grave ameaça" não são raras, as mulheres que sofrem esta violência continuam precisando recorrer ao aborto clandestino ilegal com suas conseqüências de doenças e morte. A ausência de normas claras para a prática do aborto previsto por lei, em hospitais públicos, inibe os médicos que temem ser incriminados se obedecem a lei, e tem se constituído em obstáculo insanável para a imensa maioria das mulheres vítimas de estupro. Enquanto umas poucas aceitam a gravidez, a imensa maioria não se sente grávida, mas impregnadas por uma "sujeira", uma espécie de câncer que invadiu seu corpo através do violador. Elas estão dispostas a sofrer a nova violência do aborto clandestino, enquanto as autoridades de governo não intervenham com energia para deixar claro que estas mulheres merecem atendimento rápido, humano, e eficiente, sem burocracia desnecessária, em todos os hospitais que dão atendimento à mulher.

Dr. Aníbal Faúndes

Médico Obstetra, prof. titular de Obstetrícia da UNICAMP.

mujer fembras especial



Red mundial de derechos Reproductivos:

Mais um Projeto Sobre Aborto

Em pleno processo eleitoral, enquanto os parlamentares estavam voltados às suas bases, o deputado Francisco Silva (PPB-RJ) apresentou o PL 4703/98 que torna crime hediondo qualquer forma de aborto direto, voluntário como fim ou meio. Este projeto foi anexado ao PL 1135/91 que encontra-se na Comissão de seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara aguardando parecer da deputada Jandira Feghali (PC do BRJ).



A Mulher e a Constituinte

Silvia Pimentel*

Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher. Com este lema, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançou em 1985, a campanha MULHER E CONSTITUINTE. Inspiradas por esta convicção, milhares de mulheres brasileiras reuniram-se durante meses, estudaram, debateram e formularam suas reivindicações.

Os resultados de todos estes debates chegaram à Brasília pelas mãos de mais de 1000 mulheres, no dia 26 de agosto de 1986 e serviram de subsídios para a elaboração da Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes.

Esta carta é, no meu entender, a mais ampla e profunda articulação reivindicatória feminina brasileira. Nada igual, nem parecido. É marco histórico da práxis política da mulher, grandemente influenciada pela teoria da práxis feminista dos últimos 10 anos.

A mulher urbana e a mulher rural, a mulher dos meios acadêmicos, a semi-analfabeta e a analfabeta; a mulher branca e a mulher negra; a mulher jovem, a mulher madura e a idosa; a mulher trabalhadora e a doméstica (patroa ou empregada); a mulher casada, companheira, a mãe solteira, a mulher bem assalariada e a mulher explorada e despossuída, todas elas estão representadas neste conjunto de propostas.

E a mulher não se limitou às suas especificidades. Mostrou que as colocava dentro do contexto mais amplo das questões gerais que interessam a todos, homens e mulheres.

Não valem a meu ver, críticas no sentido de que muito do que foi



apresentado não cabe em uma Constituição. O que importa é a mulher ter expressado com clareza e firmeza suas reivindicações. Todas foram úteis. Ou para informar diretamente o texto constitucional ou para inspirar legislação complementar e ordinária que deveria necessariamente seguir-se a nova Constituição.

E hoje, após 10 anos, como estamos nós mulheres em matéria de direitos, depois de havermos conquistado na Constituinte, mais de 80% do que pleiteamos? Lamentavelmente, a resposta é que "as coisas" não andam muito bem. Mesmo considerando algumas leis esparsas que avançaram o processo rumo à igualdade, há dois pontos inequivocamente grave. Seja o Código Civil, seja o Código Penal, ambos não foram ainda reformados. Há que se dizer que o primeiro data de 1917 e o segundo de 1940, e, ainda, que o movimento de mulheres, há décadas vem apresentando propostas para suas reformulações no sentido da igualdade. Embora destas, muitas tenham se transformado em decretos lei, mais ou menos

abrangentes, nós ainda não conseguimos nem revogar o artigo 233 do Código Civil que estabelece a chefia masculina da sociedade conjugal, como também não conseguimos retirar do Código Civil ou do Código Penal a figura da mulher honesta. Em relação a este ponto vale enfatizar o quanto ele é nocivo à mulher "justificando" discriminações execráveis e anticonstitucionais.

É bem verdade, também, que há juristas que entendem que a Constituição de 1988 teria revogado tacitamente este e outros artigos discriminatórios. É bem verdade, também, que há outros que julgam desnecessária uma revogação expressa destes artigos. O que importa dizer é que, para as mulheres brasileiras, toda esta discussão aparentemente só teórica, tem efeito na vida prática. Não são poucos os operadores do direito (advogados, membros do Ministério Público e da Magistratura), que ainda se valem desses artigos discriminatórios para fundamentar argumentações, inclusive, aquelas embasadoras de decisões. Assim sendo, falta muito em termos de ampliação dos nossos direitos, inclusive os formais (do ordenamento jurídico brasileiro). Não podemos permitir que os avanços da Constituinte sirvam de máscara para manutenção de leis ordinárias (por exemplo estes códigos) discriminatórias.

Conclusão: vale comemorar. Em 1988 avançamos... mas, após, muito pouco! Há, ainda, um longo caminho a percorrer. Espero que não tão longo...

(*) Silvia Pimentel - Coordenadora do CLADEM - BRASIL - Comitê Latino Americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher.



Votos e Fé na Mudança

Dep. Marta Suplicy *

As eleições de 1998, no primeiro turno, foram emblemáticas. E foram emblemáticas porque colocaram a nu a nossa democracia adolescente, incipiente ainda, e, paradoxalmente, o grande potencial de vontade de mudança política no país.

Vimos que o coronelismo político se modernizou. Em 98, se valeu da convivência da boa parte da mídia. Os jornais e TVs mediram os espaços de comentários sobre as candidaturas a seu bel prazer. Se colocarmos como elemento de campanha anúncio e publicidade oficial dos que concorrem à reeleição, a desigualdade fica aberrante.

Muitos eleitores se sentiram fraudados, enganados pela informação tendenciosa. No entanto, a influência desse poderio econômico, de mídia, de coronelismo, de cabala de votos, de tentativa de desmoralização das oposições, não surtiu o efeito esperado. Lula teve um percentual histórico de votos: mais de 1 terço dos votantes, em que pesem todos os empecilhos, sinalizou que quer mudança na política brasileira.

É esse potencial de mudança com que nos defrontamos hoje.

Fui candidata ao governo de São Paulo, o que muito me honrou. E agradeço a mais de 3 milhões e setecentos mil votos que recebi. Tenho certeza que eles simbolizaram a vontade de mudança.

Mas o agradecimento especial é para o PT que me escolheu como candidata, numa atitude paradigmática de final de milênio: uma mulher, identificada com a defesa intransigente da cidadania, das lutas contra o preconceito, discriminação e exclusão social, conhecida por sua irreverência ao status-quo e coerência em suas posições. Essa foi uma diferença pautada pelo PT e os partidos coligados e que foi reconhecida pela população paulista.

Fizemos em São Paulo uma campanha marcada pela desigualdade: poucos recursos financeiros, espaços mínimos na grande imprensa e concorri com candidatos com larga trajetória de cargos públicos e nomes já consolidados frente à opinião pública. Mas nos firmamos com propostas concretas, cujas diretrizes apontavam um novo modelo de desenvolvimento sustentável, democratização e garantia de cidadania. Nossa campanha foi uma campanha de crença nas idéias, apoiada na força da militância e na fé de quem apostou na mudança.

Tenho clareza de que minha não-vitória nas urnas serviu para desacreditar o VOTO ÚTIL no 1º turno das eleições no Brasil. Quantas pessoas em meu Estado estão lamentando ter ido no canto da sereia do voto útil...que isto sirva como instrumento de educação para a cidadania. Voto

em primeiro turno é escolha de propostas e projetos políticos claramente identificados. Não é descarte.

Durante todo o período eleitoral, fui tratada como candidatura inexpressiva. Na última semana de campanha, apesar de ser a candidata com curvas ascendentes constantes, a forma de divulgação de resultados de pesquisas feitas (e a própria metodologia por elas escolhida) tentou induzir o eleitorado a não votar na candidata da Frente Pra Renovar São Paulo.

Mas muitas pessoas acreditaram em nossas propostas, superaram o pessimismo das pesquisas e nos fizeram chegar ao recorde de votos de nosso partido em São Paulo.

Saio destas eleições renovada em meu ânimo de disposição de continuar na ação política, tendo como referenciais a ética e o compromisso com a superação das injustiças, da exclusão social, das desigualdades e dos preconceitos. Mais amadurecida, também, porque as experiências vivenciadas valeram por anos de estudo.

Sinto que todas as companheiras mulheres que disputaram estas eleições devem estar sentindo esse amadurecimento e refletindo sobre a gama de dificuldades encontradas.

Um dos problemas a ressaltar é que os partidos, mais uma vez, não preencheram as cotas mínimas de 25% de candidatos de cada sexo, aos legislativos. Manteve-se, em 98, o mesmo panorama de 96: os partidos políticos uns mais, outros menos, não colocaram como prioridade diminuir a desigualdade entre os sexos no poder.

Em 99, teremos uma bancada feminina menor no Congresso Nacional. Um alerta para os partidos mas, principalmente, para os movimentos de mulheres.

Faz diferença ter mulheres nas casas legislativas. Fez diferença termos mulheres comprometidas com as questões da igualdade no Congresso, nesta legislatura.

É preciso que, desde já, movimentos, partidos e governos mais progressistas olhem com atenção a realidade da desigualdade no poder e busquem interferir concretamente na nossa cultura política. Só assim, no ano 2000 não teremos, mais uma vez, que vir a público lamentar que nossas bancadas femininas minguiaram outra vez....

É fundamental que as forças sociais que lutam contra a exclusão e pela ética se articulem cada vez mais, para exigir permanentemente das pessoas eleitas, ética, coerência, garantia de cidadania, prioridade às políticas sociais e... defesa da igualdade entre os sexos.



Marta Suplicy - Deputada Federal - PT/SP

Marta Suplicy *

Deputada Federal -PT/SP

Candidata a Governadora pela Frente Pra Renovar São Paulo



Como foi viver uma Campanha Eleitoral

Iáris Ramalho Cortês *

Quando a redação do *Fêmea* me pediu para contar como foi minha campanha eleitoral para a Câmara Legislativa do Distrito Federal eu vacilei porque senti que seria difícil falar de uma campanha onde não houve a vitória esperada, ou seja, a eleição. Refletindo sobre o assunto, concluí que tenho o dever de falar sobre esses três meses em que passei fazendo a política elaborada pelos homens e praticada quase que exclusivamente por eles e por mulheres, na sua maioria, com práticas masculinas.

Minha candidatura se deu no embalo da Lei das Cotas. De tanto falarmos na necessidade de priorizarmos a luta para o acesso das mulheres ao espaço político, considerei que devíamos passar da teoria à prática e, aceitando o desafio de minhas companheiras do Núcleo Feminista do PPS, lancei-me nesta aventura.

Agora, tudo passado, furtar-me a falar sobre a experiência que vivenciei seria tirar a oportunidade de centenas de mulheres saberem como ocorre a campanha de uma mulher, inserida no movimento feminista e com uma bagagem legislativa, de nove anos acompanhando os trabalhos no Congresso Nacional. Daí, minha saída da ressaca pós eleições e forçar minha memória, meus nervos e sentimento e procurar ser o mais imparcial possível, sem entretanto desprezar as emoções que porventura surjam no decorrer desta narrativa.

O Núcleo que me incentivou a participar das eleições é pequeno o mesmo ocorrendo com o partido que, durante o processo eleitoral, esteve em um contexto político local difícil.

Os amigos e familiares que se ofereceram para colaborar na empreitada, além de poucos, não tinham experiência nesse tipo de luta. As dificuldades começaram logo no início e principalmente por falta de dinheiro. Marketing, nem pensar, não dava para pagar. Os colaboradores alugaram uma sala e pagaram logo os três meses de aluguel. O material de propaganda foi feito com dinheiro arrecadado de festinhas, rifas e doações. Tudo muito improvisado e feito de forma amadorística. O PPS, apesar de receptivo e bem intencionado, não possuía recursos financeiros suficientes para fornecer o material necessário para uma campanha tão rica como a do Distrito Federal.

O partido pregava a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, porém não tinha condições de "controlar" os homens que, em maior número, com suas estruturas corporais mais volumosas, sempre ficavam à frente das mulheres nas manifestações públicas. Tínhamos que, literalmente, usar nossa "força física" para ultrapassar

a barreira masculina, mais forte e de fala grossa e alta, do contrário, nós mulheres, não aparecíamos. Era uma verdadeira luta corporal. Geralmente quando conseguíamos romper a barreira de homens, a manifestação já estava no final ou já ia se deslocando para outro lugar.

Tentei participar de comícios, porém logo me afastei deles. Além do empurra-empurra, era tanto discurso difamatório que me fazia mal. Resolvi partir para o contato direto com os eleitores, através de reuniões articuladas ou no corpo à corpo em locais de maior fluxo de gente.

No início, escutei dezenas de promessas de apoio, planos de reuniões, debates, encontros, que ao longo dos 90 dias de campanha, foram se reduzindo e quase só se realizaram aqueles programados por mim mesma ou pelo grupo mais chegado.

Há pouco menos de um mês das eleições, pressenti que não alcançaria os votos necessários. Pensei em desistir, largar tudo e ir para a beira da praia, mas senti que seria covardia para com as pessoas que acreditavam em meu trabalho e procuravam meu comitê de forma espontânea dizendo que votariam em mim, apesar da minha candidatura não pertencer a coligação que se considerava de *esquerda* e portanto, *a perfeita*.

A minha candidatura não partiu de uma deliberação discutida dentro do movimento feminista de Brasília, como um todo. Talvez por isso, não tenha encontrado o apoio necessário para que a mesma pudesse ser considerada uma candidatura representativa desse movimento.

Ficou claro para mim nestas eleições, que, na hora de cada uma escolher seu representante, é muito complexo compor um ideário político mais amplo, com o ideário feminista.

Mesmo assim, encontrei solidariedade de companheiras que conseguiram romper o preconceito estagnante das oligarquias partidárias e apoiaram a minha plataforma política.

Escutei muito que campanha política é briga de foice, é cobra engolindo cobra. Não existe respeito, não existe ética. Eu me recuso a ver e fazer política desta forma.

Para mim, a política é uma arte e através dela é que se consegue influenciar para que todos, sem discriminação de qualquer natureza, sejam sujeitos e capazes de renovar o mundo de forma democrática. Sei que podemos mudar e foi isto que tentei fazer. Jurei a mim mesma que não atacaria ninguém, falaria apenas do que pretendia fazer como deputada distrital e isto, dentro da competência de uma Assembléia Legislativa. Assim, levando o conhecimento da Lei Orgânica do Distrito Federal, pedia o voto para por em prática o que ela estipulava.

A população ainda vê o político como uma tábua de



mujer fempress n° 193



salvação para suas necessidades imediatas. Recebi pedidos de tijolos, telhas, óculos, consultas e exames médicos, orientação jurídica sem limites, inclusive com pedidos de agenciamento para soltura de familiares presos. A falta de calçamento em um grande número de ruas também era assunto para se exigir promessa em troca de voto, bem como a eliminação de uma taxa de esgoto, reclamação esta feita de norte à sul do DF. Além desses e outros pedidos, ainda escutei pedido direto de dinheiro e trabalho em meu possível futuro gabinete. Aliás, pedido de emprego não vinha apenas da classe menos

favorecida. Pessoas de nível universitário, profissionais já estabelecidos me procuraram em busca de um emprego seguro e com vantagens, por quatro anos. Isto demonstra o quanto o povo vive longe de uma qualidade razoável de vida e da assistência obrigatória que o Estado tem o dever de dar e, também, longe de uma prática política sem favoritismos. A todos os pedidos apontava minha impossibilidade de atender, inclusive explicando sobre competências do legislativo, executivo e judiciário.

Tenho que reconhecer que houve um saldo positivo. Ninguém sai imune de uma campanha política. É uma experiência impar e valeu a pena vivê-la. Foi uma oportunidade para melhor conhecer minha cidade, seus habitantes, seus problemas e refletir sobre como modificar a situação que fica longe da tão decantada *cidade da promessa*. Foi, ainda, uma oportunidade para conhecer as pessoas e através deste conhecimento, valorizar algumas amizades. Na onda da política se descobre verdadeiramente quem é quem. Mudam valores, mudam ideais, ao tempo em que surgem novos valores e novas idéias sobre a vida e sobre sua finalidade.

Conheci também muitos lugares antes nunca imaginados. Frequentei ambientes gays e com isto, aumentou minha admiração por esse segmento da sociedade, tão discriminado e desprezado. Nesses ambientes aconteceram coisas incríveis. As mulheres, de um modo geral, queriam saber se eu era "entendida". A esta pergunta, que foi feita várias vezes e sempre por mulheres, eu respondia: sou entendida em direitos humanos, em combate à discriminação, em igualdade de todos perante a lei.

Houve uma vez em que procurei chegar perto de um casal de homens várias vezes e sempre me intimidava com o enlevo com que se olhavam. Lá para as tantas, resolvi abordá-los e dar o meu recado: "desculpe atrapalhar este namoro mas eu quero pedir o voto de vocês para mim. Sou ... (e desfilava meu currículo e programa) ...e finalmente queria que vocês pensassem no que eu lhes disse com o mesmo carinho com que estavam se olhando". Eles, a princípio ficaram calados e depois que saí de perto, vi que trocaram algumas palavras e um deles veio à mim e disse que, pelo que eu tinha dito no final do meu discurso, resolveram votar em mim. Nunca tinham se deparado com este tipo de comportamento de uma pessoa não "entendida".

Eu tinha tratado o namoro deles como normal e isto significava que os respeitava. Se fosse eleita, com certeza iria defendê-los na Câmara Distrital.



Iáris Ramalho Cortês - do CFEMEA

campanha e pediu 1.500 reais para pagá-lo. É claro que não foi atendido e desapareceu do comitê e da minha vida.

Um homem, fanático do Pró-vida, avançou em uma de minhas irmãs, marinheira de primeira viagem na distribuição de panfletos, e rasgou meu folder me chamando de *aborteira* e apoiadeira de casamento de "veados". A reação dela foi de pânico e indignação. Quando tudo se acalmou, uma moça que estava olhando a cena veio a mim e pediu o meu folheto dizendo ter sido vítima de aborteiro clandestino e que era a favor do aborto legal. Se eu defendia isto, o seu voto era meu.

Enfim, foram três meses de intenso trabalho, poucas horas de sono, alguns dissabores e grandes descobertas de lugares, de pessoas, de objetivos. Olhando para trás, posso afirmar não ter do que me arrepender. Gastei todo meu cheque especial, estou ainda com algumas dívidas (que pagarei no mesmo espaço de tempo) mas, valeu a pena pois o mundo da política é fascinante e só através dela é que conseguiremos alcançar a justiça social e a real democracia. Ao analisar os votos dos meus mais de seiscentos concorrentes, chego à conclusão de que, sem infra-estrutura, sem dinheiro, sem o aparelhamento do governo nem de qualquer outra entidade e em tempo reduzido, não fiz má figura.

Será que apenas o "ser eleita" é que seria vitória? Ou será que, também não é vitória esse aprendizado que não foi só meu mas, também, daqueles que estiveram durante esses meses vivendo a mesma experiência? De minha parte, se eu não tivesse enfrentado o desafio, se não tivesse desarrumado (literalmente) minha vidinha de aposentada e integrante do CFEMEA, não teria esta história para contar. Saber que 622 pessoas no Distrito Federal acreditaram que eu poderia ser/fazer uma **política diferente** como era o meu lema, e que comigo, poderia ser um começo de alguma mudança para mulheres e homens excluídos social e politicamente é, certamente, uma vitória. Lembrando tudo que passei e passaram minhas amigas e amigos, concluo que valeu a pena.

Como diz o poeta, "tudo vale a pena quando a alma não é pequena." Valeu.

Iáris Ramalho Cortês

* Advogada e membro do Colegiado do CFEMEA



APOIO FRÁGIL

Jandira Feghali *

A redução da bancada feminina é um fato. A pergunta que surge obviamente é: por quê? A resposta apressada, irrefletida, que expressa o senso comum, aponta em várias direções, desde o limitado espaço político conquistado pelas mulheres diante da sociedade, até a visão de que a lei das cotas não tem validade.

O projeto hegemônico estabeleceu enormes restrições à atuação das mulheres, isolando-as do mundo do poder, impedindo-as de se estabelecer como alternativa, e fez com que durante séculos as mulheres apenas se identificassem na impotência e opressão levando o voto feminino, majoritariamente, para os candidatos.

Em tempo, historicamente muito recente, barreiras vêm sendo derrubadas pelas próprias mulheres e a falta de credibilidade na "política" atingiu a imagem masculina, aumentando a busca dos cidadãos por candidaturas femininas. Nas eleições de 1998, o voto nas mulheres aumentou, comparativamente às eleições de 1994, porém com maior concentração em algumas referências. As parlamentares reeleitas retornam com votações mais expressivas, e particularmente a votação na candidatura majoritária de Marta Suplicy em São Paulo tem um enorme e gratificante significado, pois revelou a confiança numa mulher, e também do campo da esquerda.

Olhando para a bancada federal, vemos a sua redução numérica, e a presença maior de mulheres nas legendas conservadoras. Poderíamos registrar que houve desistências, como Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, ambas do PT, mas também é mister realçar que várias deputadas da base do governo foram derrotadas com seus colegas de bancada, por insatisfação dos eleitores com seus posicionamentos no Congresso Nacional.

Desejo, no entanto, destacar alguns atores que na minha opinião foram determinantes para o resultado das eleições proporcionais. Uma lei eleitoral extremamente permissiva ao poder econômico e discricionária no trato das diferentes agremiações, o apoio precário da maioria dos partidos às candidaturas femininas, contrapondo-se à realidade de outras que se sustentaram pela máquina administrativa ou por instituições religiosas. O critério das cotas deve prevalecer, mas está provado que não é suficiente apenas a garantia da legenda. É necessário apoio partidário, avançar para o financiamento público e democratizado das campanhas eleitorais e que o posicionamento político-ideológico se expresse. Tenho a convicção de que o volume de votos recebidos pelas mulheres confirmam, retiradas as distorções, uma crescente confiança na nossa capacidade e competência para ocupar espaços de decisão.

* (Jandira Feghali é deputada federal pelo PcdB/RJ e membro titular da Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara dos Deputados).

Mercado de Trabalho e a Mulher

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou no dia 28 de outubro, o parecer do relator, senador Pedro Simon (PMDB/RS), favorável ao substitutivo apresentado pela senadora Emília Fernandes (PDT/RS) na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) ao PLC 29/96 (PL 382/91), de autoria da deputada Rita Camata (PMDB/ES), **que dispõe sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho**. O senador José Eduardo Dutra (PT/SE), apresentou uma emenda supressiva aos artigos 10 e 11 visando garantir a constitucionalidade do projeto. O referido projeto avança no sentido de dotar o Brasil de uma legislação moderna, condizente com os princípios constitucionais que asseguram a igualdade de oportunidades para ambos os sexos.

Corrige também as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho em igualdade de condições. Elimina práticas discriminatórias, como considerar o fator sexo variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional.

É necessário a implementação de políticas públicas no sentido de incentivar e valorizar a participação da mulher no mercado de trabalho. Iniciativas como a do PLC 29/96 precisam ser aprovadas pelo parlamento brasileiro.



EM DEFESA DA IGUALDADE

***Heloísa Helena ***

A participação efetiva das mulheres em todas as estruturas da sociedade, incluindo as "esferas do poder e da decisão", tem implicações fundamentais e otimistas na redefinição da mesma, no sentido de torná-la mais justa, equilibrada e não-excludente, fortalecendo a democracia.

A lei de cotas mínimas - projeto apresentado por Marta Suplicy e a bancada feminista, no Congresso Nacional - abriu, desde 95, novas perspectivas para o exercício político da mulher, no âmbito institucional. Um espaço que pode e deve ser ampliado nos anos a seguir.

A legislação eleitoral, formalmente, assegura esse espaço nas casas legislativas do país. Contudo, devemos trabalhar com afinco a politização feminina e a inserção ativa da mulher no embate entre as forças sociais, através de sindicatos, associações de classe, bairros, etc, distinguindo lideranças, para garantir que a lei não redunde em candidatura fictícias que cumpram apenas as obrigatoriedades legais. E, mais, para fazer da atuação das mulheres no parlamento um instrumento de compromisso com as causas populares, somadas as causas do universo de 50% de eleitoras que somos e representamos.

Em Alagoas, do total de candidatas apresentados nas eleições de outubro passado, 31 foram candidaturas femininas. Destas, elegeram-se 6 a cargos legislativos. No âmbito estadual, concorreram à Assembléia Legislativa, 20 candidatas, sendo eleitas 3 (PMDB, PSL e uma reeleição do PFL), todas representantes da direita local, ampliando em apenas uma cadeira a bancada feminina da Terra dos Marechais. A esquerda elegeu candidaturas de mulheres para o senado. Uma pelo PT, e outra da companheira Yvone Loureiro Ribeiro, pelo PC do B, com como segunda suplente.

Ruptura - Embora, quantitativamente, os números não sejam muito animadores, que a renovação do legislativo tenha ficado aquém das expectativas e que a bancada de esquerda seja ainda mais minoritária, contudo consideramos que as eleições deste ano, em Alagoas, romperam alguns tabus cruciais na sua história política.

A aliança do campo democrático mudou o perfil do governo e do senado, derrubando representantes de um grupo político, ligado aos setores mais atrasados da economia e política locais, que faziam da corrupção e do crime organizado alicerce do seu poder. Rompeu-se, desse modo, um ciclo de dominação política secular.

No que diz respeito ao Senado, entendemos que a vitória da esquerda implicou em mais um abalo considerável nas combatidas oligarquias alagoanas, que sempre tiveram na Câmara Alta o berço esplêndido dos filhos da elite do Estado, ocupado, nos últimos 16 anos, por Guilherme Palmeira do PFL (do grupo de ex-

governadores afastados por um levante popular) Divaldo Suruagy, e da falida elite açucareira.

Foram 127.579 votos de diferença, em favor do PT, que ganhou a eleição sem apoio das grandes personalidades políticas do Estado e fazendo o combate radical contra os usineiros, os colloridos, o crime organizado, a mídia e toda a estrutura conservadora de Alagoas.

Cidadania plena - Defendemos que a vida pública deve ser pautada pela ética e a transparência, tanto quanto mandatos respaldados e espelhados nos movimentos sociais, entre os quais os feministas. Portanto, defender temas de interesse das mulheres, no Senado, é nossa responsabilidade e compromisso, bem como fazer reconhecer a participação feminina no mundo da política, no mundo do trabalho e o seu direito de ter direito.

Para efetivar a cidadania das mulheres é preciso considerá-las como sujeitas de seu próprio destino. Dessa forma, é preciso lutar por questões como o privilégio às mulheres chefes de família, no financiamento da casa própria, considerando que elas, na maioria das vezes, trabalham no mercado informal e não têm como comprovar sua renda, como a política de combate a violência sexista, que atinge particularmente às mulheres, unicamente pela condição sexual, como a defesa intransigente de uma política de creches-públicas e gratuitas, com gestão participativa. Um direito previsto desde 88 na Constituição Brasileira, mas que por falta de investimento e vontade política se restringe a uma parcela muito pequena em relação a demanda.

A defesa da igualdade e valorização deve entrar no ambiente de trabalho, incluindo o serviço público, no sentido de garantir salários dignos, plano de carreira e de reciclagem, assegurando prestação de serviço de qualidade à população e o resgate de uma profissão onde se concentram muitas mulheres. Importante ainda a defesa de programas na área de saúde que atendam a integridade da saúde da mulher.

Todavia, entendemos que a luta pela igualdade entre os gêneros é a mesma grande luta pelo reconhecimento da cidadania de milhões de pessoas marginalizadas, quer pela sua condição sexual, física, religiosa, social, econômica, enfim, pelas várias e cruéis formas de preconceitos. Só assegurando a intervenção equânime na sociedade, os direitos individuais, coletivos, fundamentais e as políticas sociais é que a sociedade estará capacitada para estabelecer uma convivência saudável entre seus membros, com desenvolvimento e paz.

*** Heloísa Helena**

Deputada Estadual e Senadora eleita - PT-AL.





As Mulheres e os Direitos Humanos

Lúcia Avelar *

A primeira questão a ser feita é: por que os direitos humanos excluíram as mulheres? Se sabemos que a conquista de direitos civis e políticos se deu através da participação política, e, se sabemos também que a participação ampliada está vinculada ao surgimento da idéia de soberania popular, falar de direitos humanos para as camadas minoritárias de poder, antes da Revolução Francesa (1789) soa como “uma idéia fora de lugar”. Os direitos humanos só se ampliaram conforme a maior ou menor atuação dos grupos que reivindicavam igualdade no plano social e político.

Antes então, do Estado pré-revolucionário, falar de direitos humanos ampliados não teria um significado real, pois os direitos eram um componente do status que o indivíduo ocupava na sociedade. A dura verdade é que posição social e direitos humanos guardavam uma correspondência automática. Foi só quando o estado revolucionário teve necessidade de ampliar a sua base de legitimidade é que passou a fazer alianças com as novas forças populares. Estas, após a queda da aristocracia, vieram pouco a pouco, organizando-se politicamente, conseguindo articular os seus interesses e apresentá-los como demandas aos governos e governantes.

É importante destacar que tal ampliação da participação política foi, historicamente, tutelada pelas elites. Essas, embora aceitando a assimilação dos novos segmentos às fechadas estruturas de poder, reafirmavam, contudo, as respectivas estruturas de desigualdade estrutural desses novos segmentos, adiando quanto possível, uma real incorporação dos novos representantes no plano das decisões. A incorporação dos novos segmentos era mais formal do que real.

No decorrer do século XX, a constituição de organizações políticas autônomas foram se tornando uma realidade, particularmente nos países europeus e de capitalismo avançado. Os partidos políticos de base trabalhista, socialista e social-democrata acabaram, no último século, fortalecendo os grupos políticos destituídos de poder. Utilizando-se da via eleitoral como a via por excelência para se chegar ao poder e mudar as regras institucionais desiguais do jogo político, acabaram por influir no plano distributivo e redistributivo.

Foi assim que, pouco a pouco, acabaram fazendo parte de um outro padrão de consumo, de consideração jurídica, de direitos. Em suma, os direitos de cidadania plena foram se estendendo. O sufrágio eleitoral, um direito conquistado através de fases sucessivas de luta, afeiçoou um processo notável de corrigir, com os próprios instrumentos políticos, a estrutura de desigualdades da sociedade.

Este breve panorama histórico nos leva, contudo, a numerosas questões. Se vários segmentos sociais tiveram substanciais avanços, entre eles, as mulheres, uma pergunta essencial é: a extensão dos direitos humanos se deu igualmente para todas as mulheres? Se sabemos que não, quais foram os segmentos de mulheres mais privilegiados? Para responder a tais questões, teremos de introduzir a dimensão de classe social, pois, as maiores conquistas foram obtidas pelas mulheres de classe média e média alta que tiveram maior acesso à educação, no mercado de trabalho, no trabalho público, nos partidos políticos. Pouco a pouco vem, também, a autonomia econômica, aprendendo a negociar seu salário, maior esforço na distribuição do poder familiar. As mulheres de classe baixa, contudo, encontram-se nas complexas estruturas dos excluídos, discriminados e vulneráveis da sociedade. Para elas, os direitos humanos ainda não são uma realidade.

A questão democrática brasileira tem, no seu centro, a ampliação dos direitos humanos aos vários segmentos excluídos da sociedade, entre eles, as mulheres. O direito de viver de modo digno e ético, respeitabilidade individual, social e política, são a essência dos direitos humanos. Sem eles, a democracia é um ritual vazio. Também é um ritual vazio, a incorporação política de uma população que, objetivamente, é economicamente excluída. Se esta é ainda a nossa realidade, a tarefa que temos pela frente é a implantação de uma verdadeira democracia, a democracia social, pois ela é, na verdade, uma das peças-chaves dos direitos humanos e de uma real cidadania.

Lúcia Avelar - Doutora em Ciências Políticas, professora de Ciência Política da UNB e autora do livro “2º eleitorado e mulheres na elite política brasileira”.





Sou cidadã, conheço meus direitos

Direitos da mulher trabalhadora - Salário

SALÁRIO - É o pagamento por um serviço executado. O salário pode ser pago por mês, por semana ou por dia de trabalho.

O salário mensal da trabalhadora que tem a jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais tem que ser, **pelo menos, um salário mínimo**. Este salário mínimo é fixado pelo Governo.

Pode haver um contrato de trabalho com jornada menor que 44 horas semanais. Neste caso, o salário **pode ser menor que um salário mínimo**.

PARA TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL - É proibido, pela Constituição Federal estabelecer distinção de sexo, idade, cor ou estado civil no pagamento do salário, no exercício de funções ou para a admissão. Assim, para um mesmo trabalho não pode haver diferença entre os salários de homens e mulheres, brancas e negras, casadas e solteiras. Este direito se estende às pessoas portadoras de deficiência.

VANTAGENS FINANCEIRAS ALÉM DO SALÁRIO - Além do salário a empregada pode receber os seguintes adicionais: adicional de insalubridade; adicional de periculosidade; adicional noturno; ou: comissões; gorjetas; horas extras; utilidades (prestações "in natura").

Adicional de Insalubridade - A empregada que trabalha em condições insalubres tem direito a um adicional que varia de 10 a 40% do salário mínimo, dependendo da gravidade do caso.

Adicional de Periculosidade - A empregada que trabalha em condições perigosas tem direito a um adicional de 30% do seu salário.

Adicional Noturno - As horas trabalhadas no período noturno (das 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte) devem ser pagas com acréscimo de 20% sobre a hora trabalhada durante o dia.

A empregada só pode receber um desses adicionais de cada vez. Entretanto, tem direito de escolher o mais vantajoso.

Comissões - Quando a empregada trabalha por comissão e, com seu trabalho, não consegue alcançar o salário mínimo, o empregador fica obrigado a complementar até atingir o valor do salário mínimo.

Gorjetas - A gorjeta recebida diretamente dos fregueses, quando freqüente, deve ser anotada na CTPS da empregada, pela média recebida por mês (somam-se todas as gorjetas recebidas durante o mês e divide-se por trinta. O resultado é a média).

Essa gorjeta **integra o salário** para todos os efeitos (Previdência Social, indenização, 13º Salário etc).

É também considerada **gorjeta**, a taxa de serviço (10%), incluída na nota apresentada ao freguês e distribuída posteriormente entre as empregadas.

Horas extras - As horas trabalhadas além da jornada normal devem ser pagas com acréscimo de, no mínimo, 50%. Através de acordo pode-se compensar o pagamento das horas extras trabalhadas em um dia,

pela redução do número de horas trabalhadas em outro dia.

Utilidades - Parcelas "in natura". Caso a empregada concorde, o empregador pode incluir no seu salário, utilidades vitais que substituem o pagamento em dinheiro.

Essas utilidades podem ser, entre outras: alimentação (Vale-Refeição); habitação (quando fornece moradia para a empregada e sua família (caseira, zeladora etc.); transporte (Vale-transporte).

O fornecimento dessas utilidades podem ser descontadas. Entretanto, o empregador é obrigado a pagar, EM DINHEIRO, o correspondente a 30% do salário da empregada.

O fornecimento de **vestuário e equipamentos** (uniforme, material de prevenção de acidente e outros) não podem ser incluídos no salário como utilidades.

OUTROS DESCONTOS - Se estiver escrito no contrato de trabalho, o empregador pode descontar também, do salário da empregada adiantamentos autorizados por lei ou por acordo coletivo e valores correspondentes a prejuízo causado por culpa grave da empregada, se provada a sua responsabilidade.

Fora estes casos, é proibido ao empregador fazer qualquer desconto no salário da empregada.

Sempre que houver descontos é aconselhável que a empregada procure informações junto ao seu sindicato.

PAGAMENTO DO SALÁRIO - O pagamento deve ser feito até o 5º dia útil do mês seguinte ao que a empregada trabalhou, se seu salário for mensal.

Todo salário deve ser pago mediante recibo assinado pela empregada. Caso ela seja analfabeta, deve colocar a impressão digital.

É muito importante o recibo, pois é com ele que a empregada pode provar, perante a justiça, o quanto recebeu como salário.

13º SALÁRIO - É uma gratificação cujo valor deve ser igual à remuneração do mês de dezembro. Quando, no ano, a empregada trabalha menos de 12 meses, tem direito a receber o 13º salário proporcional aos meses trabalhados, ou seja, para cada mês (ou 16 dias) trabalhado vai receber um doze avos (1/12) da última remuneração. Exemplos:

- 13º salário de uma empregada admitida entre o 1º e 16º dias de setembro deve corresponder a quatro doze avos (4/12) do seu salário de dezembro.
- 13º salário de uma empregada admitida em 17 de setembro (14 dias de trabalho em setembro) deve corresponder a três doze avos (3/12) do salário de dezembro.

PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO - É feito em duas parcelas: metade (50%) entre fevereiro e novembro. O restante até o dia 20 de dezembro, deduzido a parcela adiantada.



Anistia Internacional

A Anistia Internacional, para celebrar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, está recolhendo assinaturas reais e virtuais de apoio à Declaração como uma forma de compromisso da população mundial com a agenda dos direitos humanos. A meta é atingir 8 milhões de assinaturas, o que representa 1% da população mundial. Envie uma mensagem para <vdhr@amnesty.org.au> escrevendo seu nome no campo "subject" e a seguinte mensagem:

"I support the rights and freedoms in the Universal Declaration of Rights for people everywhere".

Aids e Políticas de Saúde

Nos dias 23 e 24 de novembro a ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - realizará no Hotel Flórida no Rio de Janeiro o II Seminário Aids e Políticas de Saúde. O evento enfocará temas como programas de assistência e tratamento, pesquisa em HIV/Aids, Aids e Direitos Humanos, programas de prevenção e políticas entre outros.

Informações (fone - (021) 224-1654 ou fax - (021) 253-8495). A Inscrição é gratuita e as vagas são limitadas.

mulher fempress nº 194



Aids e Preconceito

O GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids) do Distrito Federal está fazendo um alerta contra o preconceito em relação à Aids. Todos os anos a imprensa dá uma atenção especial à Aids na primeira semana de dezembro. Várias matérias são veiculadas em TV, jornais e revistas. Nessas matérias ainda é comum usar a palavra "AIDÉTICO". Por essa palavra ter um sentido negativo e preconceituoso o GAPA-DF sugere que, como parte das atividades do DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA A AIDS as ONG's/Aids se unam numa vigília à imprensa. Todas as vezes que a palavra

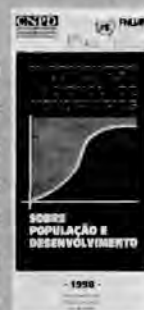


mulher fempress nº 194

"AIDÉTICO" for vista ou ouvida um ofício deve ser enviado ao jornal, revista ou emissora de TV sugerindo que esta palavra seja substituída por outra mais adequada como: portador do HIV, HIV+, doente de Aids etc... A palavra AIDÉTICO é considerada em desuso à exemplo do que aconteceu com palavras como "aleijado" e "canceroso". Informações: fone: (061)321-7000

População e Desenvolvimento

A Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd) e o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) no âmbito das comemorações do 2º aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento estão realizando o concurso de monografias sobre questões relativas à população e desenvolvimento, enfatizando suas interrelações com a política. O concurso é aberto à toda comunidade. São 13 os temas que poderão ser abordados nas monografias, como relação de gênero e sexualidade, trabalho infantil, terceira idade, novos padrões de estrutura familiar no Brasil etc... A monografia não poderá ultrapassar 20 páginas. Poderão participar do concurso acadêmicos e estudantes de pós-graduação, estudantes universitários e público em geral. O prazo final para entrega da monografia é dia 30 de janeiro. Informações: fone: (061) 315-5120 e fax: 315-5183.



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília-DF - Brasil

Fêmea

IMPRESSO

